EVANDER RUTHIERI DA SILVA

Na terra dos lírios azuis



literatura e colonialismo no sul da África

EDUNILA

Evander Ruthieri da Silva

Na terra dos lírios azuis

literatura e colonialismo no sul da África

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA
Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

2023

Evander Ruthieri da Silva

Na terra dos lírios azuis

literatura e colonialismo no sul da África

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2023

© 2023 EDUNILA – Editora Universitária

Catalogação na Publicação (CIP)

S586n Silva, Evander Ruthieri da.
Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África / Evander Ruthieri da Silva: EDUNILA, 2024.
PDF (312 p.).

ISBN: 978-65-86342-40-6

1. Literatura africana. 2. História africana. 3. África. 4. Colonialismo. I. Silva, Evander Ruthieri da. II. Título.

CDU
821:94(6)

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

EDUNILA
Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração - Av. Tancredo Neves, 3147 - Porto Belo
Caixa Postal: 2044
Foz do Iguaçu – PR – Brasil
CEP: 85867-970
editora@unila.edu.br
https://portal.unila.edu.br/editora

Editora associada à
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araújo Pereira *Reitora*
Rodne de Oliveira Lima *Vice-reitor*

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Andréia Moassab *Chefa da EDUNILA*
Ailda Santos dos Prazeres *Assistente em administração*
Claudinéia Pires *Assistente em administração*
Francieli Padilha Bras Costa *Programadora visual*
Leonel Gandi dos Santos *Bibliotecário-documentalista*
Natalia de Almeida Velozo *Revisora de textos*
Ricardo Fernando da Silva Ramos *Assistente em administração*
Wladimir Geraldo Rodrigues Antunes *Tradutor e intérprete de língua espanhola*

CONSELHO EDITORIAL

Andréia Moassab *Presidenta do Conselho*
Leonel Gandi dos Santos *Representante do Órgão Executivo da EDUNILA*
João Abner Santos Bezerra *Representante dos técnico-administrativos em educação da UNILA*
Mackenson Beauvais *Representante dos discentes de graduação da UNILA*
Deny Sávia Martins da Silva *Representante dos discentes de pós-graduação da UNILA*
Diego Moraes Flores *Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT – UNILA)*
Débora Cota *Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH – UNILA)*
Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior *Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)*
Patricia Nakayama *Representante do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP – UNILA)*
Fabio Luis Barbosa dos Santos *Representante externo - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)*
Joice Berth *Representante externa - Arquiteta e urbanista e escritora*
Alai García Diniz *Representante externa - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)*
Neide Jallageas de Lima *Representante externa - Curadora, ensaísta e produtora editorial*
Luis Eduardo Aragon Vaca *Representante externo - Universidade Federal do Pará (UFPA)*

EQUIPE EDITORIAL

Francieli Padilha Bras Costa *Projeto gráfico, capa e diagramação*
Leonel Gandi dos Santos *Normalização bibliográfica*
Natalia de Almeida Velozo *Revisão de textos*
Nelson Figueira Sobrinho *Preparação e edição de textos*
Cleise Vidal (www.cleisevidal.com.br) *Ilustração "Lírio sobre mão" compondo a capa*

À noite, você vê outro sonho
Branco e monstruoso
Caindo do céu da terra
Caiando seu próprio sonho negro.

Mafika Gwala, poeta sul-africano

Agradecimentos

Ainda que a pesquisa se constitua, de um modo geral, em uma atividade solitária, num emaranhado de textos e contextos, de fontes históricas e arquivos empoeirados, há marcas presentes e contribuições importantes das inúmeras pessoas que convivi ou encontrei ao longo do percurso de escrita deste livro. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, especialmente aos meus pais, Arlete e Célio, e aos meus avós, Dorvalina e Vicente: sou filho e neto de operários e lavradores, o primeiro doutor na família, e isso foi possível graças à paciência, ao incentivo e ao amparo familiar para continuar os estudos – somado a políticas públicas voltadas ao incentivo à pesquisa e à formação de profissionais no ensino superior.

Assim, este livro resulta de uma pesquisa que foi possível graças ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES); soma-se ainda a bolsa de estágio em pesquisa no exterior (doutorado sanduíche), a qual possibilitou o acesso aos arquivos europeus e a interlocução com a University of Exeter (Reino Unido).

A pesquisa que deu origem a este livro foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, e, por isso, registro meus agradecimentos aos seus coordenadores neste ínterim (2016-2020), e, especialmente, à secretária Maria Cristina Parzwski. Agradeço também ao prof. dr. Clóvis Gruner, que decidiu aceitar o desafio de orientar minhas pesquisas de mestrado e de doutorado. Por todo o seu apoio, dedicação e atenção, por todas as conversas e recomendações de leituras, bem como as críticas, sou muito grato.

Da University of Exeter, agradeço imensamente ao prof. dr. Paul Young, que me recebeu calorosamente no primeiro semestre de 2019 e, desde o nosso primeiro contato, sempre foi extremamente solícito e atencioso, sem desanimar em meio a todas as burocracias envolvidas no ínterim. Também agradeço aos seus estudantes e orientandos, que me receberam e tornaram a experiência de morar em um país distante mais leve, menos solitária.

Aos funcionários e arquivistas do Norfolk Record Office e à Annie Price, bibliotecária responsável pelas coleções de obras raras da Old Library na University of Exeter, por todo o auxílio no processo de coleta de parte da documentação.

Aos professores do Departamento de História e do PPGHIS-UFPR, em especial à Ana Paula Vosne Martins, ao Artur Freitas, à Karina Kosicki Belloti, ao Magnus Roberto de Mello Pereira, à Roseli Boschilia e ao Vinicius Honesko, pelas disciplinas cursadas e pelo diálogo ao longo destes quatro anos de doutorado. Um agradecimento especial à Rosane Kaminski, por todo o apoio e pela acolhida, pelas aulas, conversas, trocas de ideias e conselhos.

Às professoras Ana Paula Wagner e Marilene Weinhardt e ao professor Silvio Marcus de Souza Correa, pela leitura atenciosa do texto que resultou neste livro em sua versão original. À professora Raquel Gryszczenko Alves Gomes agradeço não apenas a leitura cuidadosa do texto, mas também por ter, gentilmente, contribuído com o prefácio que introduz este livro. Além disso, precisa-se destacar, as pesquisas da prof. Raquel, em especial as sobre as trajetórias de Olive Schreiner e de Solomon Plaatje, intelectuais sul-africanos da virada do século XIX, foram de extrema importância e inspiração para a pesquisa na construção deste livro.

À Cristina Ferreira, infinitos agradecimentos: pela orientação nos tempos de graduação e que, com muita atenção e apoio, ensinou-me lições valiosas a respeito da seriedade e da dedicação que a pesquisa em História requer, o cuidado metodológico indispensável às fontes, a crítica inerente ao ofício; pelas suas leituras cuidadosas de meus projetos de pesquisa subsequentes, por todas as críticas, diálogos e interlocuções, pelos convites aos seminários na Universidade Regional de Blumenau e no Centro de Memória Oral e Pesquisa (Cemope); e, finalmente, pela amizade e pela cumplicidade, pelas conversas descontraídas e pelos cafés, tanto nos momentos difíceis quanto nos dias triunfantes.

Aos amigos de Curitiba: Alice Freyesleben, Alloma Modzelewski, Amanda Ribeiro Coutinho, Anne Moraes, André Malinski *(in memoriam*), Carlos Eduardo Zlatic, Carolina Nunes da Motta, Felipe Tkáč, Flavia Bortolon, Flávia da Rosa Melo, Gilvani Alves de Araújo, Larissa Guedes Busnardo, Leonardo Bento de Andrade, Noemia Cordeiro, Maria Elisa Sonda, Thayla Walzburger Neto, Rhuan Zaleski Trindade, entre

tantos outros, pelo companheirismo e amizade, por todo o apoio nos últimos anos, pelas conversas e cervejas no Casa Verde, Baba Salim e outros espaços de sociabilidades acadêmicas e etílicas. Aos amigos do Rio: Ana Carolina de Azevedo Guedes, Edson Silva de Lima e Maycon da Silva Tannis, por todas as nossas aventuras nos eventos em Belo Horizonte e pelos planos ambiciosos de conquista mundial, muito obrigado!

Às amigas de longa data: Jessica Pinheiro, por ter me ensinado, nos momentos mais difíceis e críticos desses últimos anos, o valor da confiança, a importância da amizade, a leveza dos risos e das conversas, mesmo que à distância; e à Lari Brum, uma das intelectuais e artistas mais brilhantes que conheço, e uma das amigas que mais estimo: obrigado por estar presente em todos os momentos, obrigado por sua sensibilidade, pelo ombro para chorar, pelo apoio incondicional, por todas as aventuras pela vida boêmia de Curitiba. À Flora Morena Martini de Araújo, amiga e historiadora que muito admiro, agradeço a amizade e o companheirismo, as trocas intelectuais e recomendações de leituras, os cafés, cervejas e conversas, os almoços no Restaurante Universitário da UFPR.

Ao Ale Cozer, Benjamim Brum, Matheus Vieira: faltam-me palavras para agradecer o quanto vocês foram importantes, e continuam sendo, na minha vida. Obrigado por tudo: pelas conversas, pelo carinho, pelos abraços, pelos conselhos.

Ao Felipe Condi, pelas estórias e também pelas histórias.

À Natascha Eggers, pela cumplicidade e amizade ímpar, por ter tornado esses últimos anos do doutorado muito mais leves com seu apoio e carinho. Amiga, você é maravilhosa e te admiro muito. Muito obrigado por tudo! À Amanda Tortato, uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer nessa vida de pesquisas e pós-graduação, obrigado por sua amizade e pelo companheirismo, pela parceria nos jogos de vôlei, pelo bom humor e por todos os rolês. Aos membros da "Diretoria": André Balão, Gabi Vasconcelos, Higor Klank, Luce Catalá, Sissi Valente. Obrigado por estarem por perto nos momentos de descontração, obrigado pela companhia nas sextas-feiras à noite, pelas festas nas madrugadas curitibanas, pelo apoio e pelo carinho. Vocês foram meu porto seguro em muitos momentos e a presença de vocês na minha vida me ajudou a superar várias ansiedades.

Ao Amurabi Oliveira, por todo o afetuoso apoio no momento de finalização deste livro. Pela gentileza, encorajamento, e pela paciência, obrigado.

Aos acadêmicos e acadêmicas das turmas de Teoria da História I (2017/1) na Universidade Regional de Blumenau (FURB) e das turmas de História da Educação I e II, entre os anos de 2017 e 2018, na Universidade Federal do Paraná (UFPR); agradeço a recepção calorosa às aulas, por todas as noites de teoria e história da historiografia, de Carlo Ginzburg a Arnaldo Momigliano, por discussões sobre Jean-Jacques Rousseau e Mary Wollstonecraft. Saibam que aprendi muito com vocês, e sempre relembrarei com muito carinho de nossas aulas. De forma mais recente, registro meu agradecimento aos meus colegas docentes da área de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e aos alunos e alunas das disciplinas de África Contemporânea e História da África, cuja companhia cotidiana e convívio fizeram parte do processo de finalização deste livro.

Aos editores e revisores da Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (EDUNILA), agradeço pelo atencioso cuidado com o manuscrito que originou esse livro.

Ao Nick e Thérèse Ash, por terem me acolhido em sua residência durante o período em Exeter. Às amizades feitas na Inglaterra, especialmente Alex Everett, por ter me mostrado as maravilhas de Devon, os castelos, os parques e as florestas: sentirei muitas saudades das road-trips e de nossas conversas sobre a fabulosa biografia de Mary Anning! Ademais, ao Harry, Callum, ao Alexander e ao Brandon, agradeço pela companhia cotidiana.

Ao Matheus, *in memoriam*.

Enfim, os agradecimentos estendem-se a todos os amigos e amigas que fiz em Curitiba: essa vida de leituras e escritas não seria a mesma sem vocês. *Grazie*.

Prefácio

Talvez não pareça ao leitor ou à leitora que está prestes a iniciar as páginas de *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África*, mas o texto deste breve prefácio foi escrito com alguma dificuldade. Em primeiro lugar, porque a responsabilidade de apresentar um trabalho e seu autor exige um tênue equilíbrio entre diplomacia e sensibilidade crítica. Em segundo lugar, e em uma perspectiva mais pessoal, estas linhas tornam-se difíceis porque o trabalho de Evander Ruthieri da Silva dialoga com um movimento de ampliação dos estudos da História da África, no Brasil, que tornou possível também meu próprio trabalho, anos antes.

No momento em que escrevo estas linhas, estamos às vésperas de completar vinte anos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. A lei é fundamental para pensar em como os campos do ensino e da pesquisa em História Africana e Afro-Brasileira se (re)organizaram, ganharam força, visibilidade e circulação nos diversos níveis do ensino brasileiro. Sei também que, nesses vinte anos, tornou-se lugar-comum, em muitos textos, esse movimento de menção à lei de 2003 para apresentar trabalhos dedicados – direta ou indiretamente – à História da África. Mas talvez nunca seja excessivo lembrar de momentos em que as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para o ensino e a pesquisa, mostraram-se inclusivas, democráticas e engajadas no combate ao racismo e à discriminação racial.

Mas não apenas desta renovação democrática dos campos de pesquisa em História da África beneficiou-se o trabalho de Evander Ruthieri. Como as próximas páginas demonstram, *Na terra dos lírios azuis* é também um exercício formado por referências da História Política, da História das Ideias e pelos debates sempre muito plurais sobre as relações possíveis entre História e Literatura. É, afinal, um exercício de "imaginação histórica" voltado a pensar os impactos da experiência colonial a partir do caso particular do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925). É na literatura produzida a partir das experiências coloniais que ganhamos a possibilidade de compreender as convergências e tensões que marcam também as grandes transformações do século XIX,

com suas novas organizações sociais e culturais, suas novas teorias políticas, econômicas e científicas. Com um olhar sensível e ampliado, que entende que as *experiências coloniais* não necessariamente vinculam-se a uma presença física no espaço das colônias, mas também às profundas transformações das dinâmicas metropolitanas a partir das relações e circulações coloniais, chegamos, afinal, ao mundo que tornou possível acreditar no "fardo do homem branco" da poética de Rudyard Kipling (1865-1936).

Incorporando um debate que passa por clássicos consolidados da historiografia ao debate de pesquisas recentes sobre os campos do imperialismo e do colonialismo na África, introduzindo importantes referenciais ao público brasileiro, Evander Ruthieri apresenta também um primoroso exercício analítico da produção de Haggard, permitindo ponderar a construção e manutenção daquilo que Laura Chrisman (1990) chamou de "inconsciente imperial".

É desta forma que acessamos, também, uma história do território que hoje conhecemos como África do Sul que ainda é pouco conhecida ou abordada no Brasil. A experiência de ser um "homem do império", formado em uma *masculinidade colonial* que permite pensar em muitas das dinâmicas de gênero de finais do século XIX e início do XX, mais do que atravessa as obras de Haggard: é parte fundamental do que as constitui, alimentando imaginários metropolitanos e coloniais, flertando com vocabulários e expressões que, com os significados que carregavam então, se prolongariam para muito além das obras de suposta ficção (e, quem sabe, mesmo para além do século XIX) – falamos de termos como "selvagem", "civilização", "barbárie", "guerra", "domínio", por exemplo. O vocabulário político-cultural que marca a própria experiência colonial imperialista na África é ainda constantemente mobilizado em nosso cotidiano com significados muito próximos àqueles de mais de cem anos atrás, e abre possibilidade para que se pense nos imaginários que perpassam também o racismo estrutural que marca sociedades como a brasileira. No caso sul-africano, é interessante ponderar como as heranças legadas pela violência colonial – da agressão direta à permanência das palavras, das práticas aos discursos – vão ganhar forma na materialização da política de *apartheid* e de todos os horrores que ela promoveu sistematicamente a partir de 1948.

Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África amplia o campo dos estudos de História da África e do imperialismo no Brasil, possibilitando o repensar de práticas e políticas das dinâmicas coloniais e seus legados para a contemporaneidade.

Raquel Gryszczenko Alves Gomes
Campinas, 5 de agosto de 2022

Palavras da Editora

Há muito tempo a escrita da História deixou de ser feita exclusivamente a partir de documentos oficiais, abrindo-se à miríade de fontes por meio das quais fragmentos do passado permitem vislumbrar outras épocas históricas. A ampliação da noção de fonte, permitiu ao historiador ou historiadora não apenas cotejar fontes diversas entre si, mas também confrontar novos *corpus* documentais com discursos historiográficos já consagrados. Esse é um dos elementos que encontramos no livro *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África.*

Na obra, Evander Ruthieri da Silva oferece ao leitor e à leitora um denso estudo a partir de fontes literárias produzidas pelo colonialismo inglês do século XIX. Tendo como objeto de análise a produção literário-intelectual de H. Rider Hagaard, o autor problematiza as visões construídas pela historiografia imperialista que sustentavam a dominação colonial inglesa no Sul da África a partir de discursos racistas, recuperando algumas dimensões da construção de sensibilidades por meio da produção cultural, em geral, e literária, em particular, que ajudam a entender algumas das maneiras de difusão dos discursos biologizantes, justificadores das desigualdades.

Entendendo que a literatura não é mero reflexo da sociedade, mas também instrumento que pode servir de reforço e produção de sensibilidades e imaginários, o autor parte da produção Haggard tanto de sua ensaística quanto da produção ficcional para discutir o colonialismo. Entretanto, dedica-se principalmente à análise de quatro romances de aventura: Jess (1887), Nada the Lily (1892), Swallow (1899) e Marie (1912), nos quais alguns episódios históricos são apropriados ou ressignificados, construindo uma visão do passado ao sul da África afinada aos projetos coloniais do período.

Tais romances, demonstra Evander Ruthieri da Silva, mobilizando as emoções de seus leitores e leitoras, naturalizavam o colonialismo, tendo como heróis de suas narrativas homens brancos, britânicos ou europeus, apresentados como conquistadores e civilizadores de "raças inferiores" e violentas. Contudo, os romances de aventura também apresentam evidências da violência colonial, dos segregacionismos,

dos extermínios e epistemicídios, temas que permitem adensar os estudos em História da África, tanto aprofundando debates sobre questões étnico-raciais quanto territoriais, tratando do contexto que precede e cria as condições para a institucionalização das políticas segregacionistas que marcariam o que viria a ser o território da África do Sul no século XX.

Desta forma, integrando o **Selo Ñande**, o livro de Evander Ruthieri da Silva, é uma publicação de caráter técnico-científico que conversa com facilidade com o público em geral. Ainda, como parte da **coleção Diálogos do Sul**, o autor traz o continente africano para o debate, em sintonia com um tema central da perspectiva crítica da comunidade unileira: o colonialismo.

Finalmente, a artista iguaçuense Cleise Vidal generosamente cede seu trabalho **Lírio sobre Mão** para compor a capa do livro. Seu traço fluido e colorido instiga os sentidos, convidando à leitura. Os interessados e interessadas em história da África contemporânea, do Imperialismo, das intersecções entre história e literatura, do debate racial, entre outros temas, alguns deles de difícil acesso em Língua Portuguesa, encontram neste livro um excelente material de estudo.

Sumário

Introdução – Sonhos coloniais: imaginação literária e sensibilidades políticas 16

CAPÍTULO 1

O contexto sul-africano: colonialismo, historiografia e literatura em fins do século XIX 29

Azagaias, carroças e espingardas: o sul da África entre as décadas de 1870 e 1880 30

Zulus, britânicos e bôeres 42

Narrar o passado: políticas da historiografia colonial sul-africana 53

"A história da nossa terra na língua de nosso povo" 63

As "guerras de extermínio" e a "Grande Jornada": a construção do discurso zulucêntrico 68

Romances aventurescos e a África do Sul 80

CAPÍTULO 2

Dos baluartes do barbarismo: H. Rider Haggard, a política colonial e a fase sul-africana 93

A "herança imaterial" de H. Rider Haggard: a força do paternalismo 96

A política colonial e a "nuvem sombria da questão nativa" 111

Cetywayo and his White Neighbours: a Guerra Anglo-Zulu ressignificada . 124

A "perda" do Transvaal entre a imaginação e o ressentimento 137

CAPÍTULO 3

A questão sul-africana: literatura e história política no embate colonial 152

Jess ou a gestão dos ressentimentos políticos 156

Nada the Lily: usos políticos do passado e imaginação literária 169

Utopias raciais em *Swallow, A Tale of the Great Trek* 182

A "questão nativa" em *Marie* 200

CAPÍTULO 4

Na terra dos lírios azuis: domesticidade, colonialismo e ansiedades raciais 220

A escolha de Bessie: domesticidade e feminilidade colonial 222

"O amor se ergue como o vento sobre o seio tácito de algum mar distante": o coração partido de Jess Croft 234

"Natureza doce, perspicaz e de bom coração": Suzanne e Sihamba, ou a bondade enquanto virtude colonial 245

"Cães mestiços são difíceis de lidar": mestiçagem e ansiedades político-raciais 259

Rider Haggard e seu coração das trevas: literatura, colonialismo, racismo 281

Referências 295

Sobre o autor 313

Introdução
Sonhos coloniais: imaginação literária e sensibilidades políticas

Formalizado sobretudo a partir da década de 1880, com a chamada "Conferência de Berlim", a implantação do colonialismo europeu na África promoveu violências concretas e simbólicas, o esfacelamento de formas ancestrais de organização social e política, extermínios de grupos étnico-culturais e a ocupação generalizada de diversos espaços geopolíticos por invasores europeus. Ao lado de fatores econômicos, exemplificados pela competição internacional entre os países europeus, a formação do Estado colonial na África promoveu uma série de códigos jurídicos e leis estruturadas no racismo, em um esforço político de controlar as terras ancestrais e a mão de obra africana. Assim, como enfatizou Achille Mbembe, "[...] na implementação dessa política das raças, esses Estados promoveram a segregação, a crueldade e a expropriação econômica dos africanos a elementos decisivos de seus modos de governo" (MBEMBE, 2019, p. 235).

O colonialismo na África ao longo do século XIX gerou uma relação direta entre práticas políticas e representações discursivas que lhe conferiam legitimidade pública, aproximando e sobrepondo as condições pragmáticas de conquista e exploração com suas formas de justificação (HERNANDEZ, 2008). Recentemente, a historiografia tem demonstrado o modo como esses mecanismos de legitimação de políticas de exploração colonial estavam presentes no cotidiano de homens e mulheres, tanto nas metrópoles quanto nas colônias. Sobretudo no colonialismo britânico exercido na África do Sul, as sendas do Império se faziam sentir, explícita ou implicitamente, nas práticas corriqueiras e cotidianas, naturalizando visões de mundo e informando o arcabouço imaginativo de indivíduos e grupos a respeito dos territórios ultramarinos. Nesse movimento, as distâncias encurtavam-se, as colônias tornavam-se familiares e, em vários casos, lugares que proporcionavam resoluções para muitas das ansiedades, incertezas e temores experienciados na metrópole. No campo das políticas coloniais e sua relação

com as vivências cotidianas, a Literatura, especialmente os romances de aventura ambientados em terras distantes e popularizados no último quartel do século XIX, desempenhavam um papel fundamental.

Londres, outubro de 1886: os leitores que folheavam o jornal *The Graphic* deparavam-se com o primeiro capítulo de *She: A History of Adventure*, uma trama aventuresca do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925), publicada em 28 capítulos até janeiro de 1887. Ao lado de publicidades que anunciavam tônicos restauradores, produtos alimentícios importados das distantes colônias, novos espetáculos nos *music halls*, notícias políticas e escândalos sociais, o público leitor deleitava-se com uma trama repleta de cenários exóticos e episódios perigosos, de heróis bravos e ousados que se embrenhavam pelas profundezas da África, daquele que era considerado como o "continente negro".

Rider Haggard não era necessariamente um nome desconhecido naquele momento, afinal, no ano anterior, havia publicado as aventuras do caçador Allan Quatermain no estrondoso *King Solomon's Mines*, anunciado pelos editores em portentosas publicidades que o classificavam como "o mais maravilhoso livro já escrito". O romance, que narrava as peripécias de um caçador branco, Allan Quatermain, em busca de um tesouro no interior da África Meridional, tornou-se o protótipo para uma profusão de outras histórias de aventuras publicadas naquele período. Com um pouco de imaginação histórica, pode-se até vislumbrar a ânsia dos leitores e leitoras, de todas as idades e origens sociais, esperando a próxima edição da revista e a resolução das aventuras dos protagonistas, engajando-se afetivamente com uma narrativa literária que se refestelava com civilizações perdidas, rainhas imortais e canibais perigosos, informando seu arcabouço imaginativo com imagens e descrições de terras longínquas, quiçá desconhecidas, mas que eram apresentadas a partir dos sentimentos de heróis ficcionais.

Haggard não estava sozinho. *King Solomon's Mines* e outras miríades de romances escoavam pelo mercado editorial britânico ao *fin-de-siècle*, momento em que tramas de aventura, uma literatura ligeira e trivial voltada ao entretenimento, ganhavam notória popularidade. Publicados em formato folhetinesco, em volumes produzidos a baixo custo, ou até mesmo em "edições coloniais", que circulavam por todos os cantos do globo, os romances de aventura, comumente direcionados a um público infanto-juvenil, alcançaram o *status* de *best-sellers*

e, no processo, contribuíram para a formação das atitudes e afetos de parte de seu público, em especial diante a expansão colonial na África. Marcadas pela sensibilidade romântica, tais narrativas apresentavam descrições exóticas e assombrosas do interior da África, de animais selvagens e riscos inevitáveis, garantias de vivências aventurosas e desenfreadas, repletas de perigos e paixões proibidas. Tingidos pelas marcas de preconceitos e teorias raciais, de vertentes poligenistas ou monogenistas, essas obras literárias narravam as ameaças representadas pelas chamadas "raças inferiores", descrevendo nativos periculosos e incompreensíveis, naturalmente movidos à violência e ao extermínio, traduzindo suas formas de resistência como atos de agressividade descomedida e autodestrutiva. Ou, por outro lado, evocavam o que seus autores entendiam ser o "fardo do homem branco", como classificou o poeta Rudyard Kipling em fins do século XIX: a crença na missão civilizadora dos homens europeus, a necessidade de civilizar e subjugar as outras raças, em nome de práticas políticas coloniais vistas naquele momento, pelos seus articulistas, como justas e benevolentes.

Segundo Anne McClintock, essas produções literárias se entrelaçavam às ansiedades sociais e políticas de seus produtores e de parte do seu público leitor nas metrópoles. A literatura aventuresca, nessa perspectiva, estava diretamente vinculada ao projeto do colonialismo, ao culto da domesticidade e à exaltação do progresso industrial. Elementos de classe, raça e gênero encontravam-se em complexa interação nesse contexto, tornando-se centrais nos processos de autodefinição de grupos sociais, sobretudo das classes médias e das elites vitorianas, direta ou indiretamente engajadas com a expansão colonial. Ademais, o embate colonial foi marcado pelo reordenamento do trabalho sexual, por esforços constantes de controle da mão de obra nativa e de fontes de exploração de matéria-prima, por instâncias de conflito, negociação e resistências a esses processos. Em suma, "[…] o imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder" (MCCLINTOCK, 2010, p. 21). Dessa forma, o colonialismo resultou de uma rede intrincada de processos e encontros com "[…] formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder" (MCCLINTOCK, 2010, p. 21), os quais também promoveram "[…] processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade

que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes" (GILROY, 2001, p. 35). Enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político.

A historiografia tem demonstrado que o colonialismo britânico, entre as décadas de 1870 e 1890, não foi apenas um fenômeno socioeconômico, mas também um processo político e cultural marcado por constantes oscilações entre o entusiasmo pela expansão colonial e as ansiedades diante as perdas territoriais e as resistências locais. Ademais, tratou-se de um momento no qual uma multiplicidade de atores históricos continuou a fazer uso da cultura escrita e literária para reivindicar seu protagonismo nas colônias ou nas metrópoles, para demarcar seus lugares enquanto partícipes de processos macropolíticos. Por esse motivo, torna-se pertinente a realização de investigações históricas a respeito do modo como literatos e romancistas, observadores atentos de tensões e conflitos sociais, interpretavam esse universo de relações por meio da cultura escrita, espaço de constantes embates, disputas, apropriações e ressignificações. Atenção redobrada tem sido concedida às vias pelas quais as narrativas ficcionais, tecidas a partir de experiências concretas enredadas no cotidiano desses sujeitos históricos, contribuíam para interpretações políticas do colonialismo e seus articulistas e, ao mesmo tempo, reverberavam tensões e ansiedades concernentes à presença europeia na África.

Essa perspectiva norteia o objetivo desses capítulos de história política do literário, os quais consistem em um estudo articulado da produção literário-intelectual de H. Rider Haggard, com especificidade para a formulação de representações textuais da nação sul-africana e do processo histórico de sua ocupação territorial e unificação política, sobretudo no contexto das práticas políticas coloniais. A ênfase recai sobre quatro romances aventurescos, *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912), os quais contrapõem as trajetórias de personagens ficcionais a eventos históricos considerados por Haggard como formativos da expansão econômica e política da África do Sul que, em retratos de papel e letras, apresentavam aos seus leitores descrições apaixonadas e comumente estereotipadas dos embates interétnicos e das resistências nativas tramadas naquela região.

Dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, os protetorados e territórios nativos (como, por exemplo, o Reino Zulu), as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana, Zuid-Afrikaansche Republiek) e o Estado Livre de Orange, o extremo sul da África atraiu o interesse do público leitor na metrópole por uma série de fatores, sobretudo devido à descoberta das minas de diamante e de ouro entre as décadas de 1860 e 1870, o que provocou intenso escoamento populacional de trabalhadores rumo às áreas de mineração, processos de industrialização e de modernização (a exemplo da construção de vias ferroviárias) e disputas geopolíticas pelo controle dos territórios. Nesse momento, que culminou na formação da União Sul-Africana em 1910, observam-se, ainda, os debates acerca da criação de políticas de tratamento aos nativos, "[…] ou seja, a instituição de práticas de controle daquele socialmente definido como nativo" (GOMES, 2010, p. 25), relacionados também à formação de uma identidade nacional estruturada a partir de paradigmas de exclusão e inclusão, que imaginavam uma África do Sul liderada pela união das elites coloniais e do colonato branco, sustentada pela exploração da mão de obra negra.

Ao longo do século XIX, diversos conflitos e negociações marcaram as regiões fronteiriças, intensificando-se no último quartel do século, momento em que os agentes do colonialismo mobilizaram múltiplos esforços para segregar os nativos e controlar a terra e a mão de obra africana. A conjuntura desses conflitos e embates políticos recebeu a designação na imprensa do período de "questão sul-africana". A descoberta das jazidas minerais promoveu reestruturações políticas e levou ao fim a independência política de diversas comunidades africanas. As minas de diamantes estavam localizadas em uma região contestada pelo Estado Livre de Orange, pelo Transvaal, pelos griqua, liderados por Nicolaas Waterboer, e por chefes tswana. O governador de Natal decidiu em favor do líder griqua, o qual requisitou proteção britânica contra os bôeres; como resultado, o território foi anexado pelos britânicos e incorporado à Colônia do Cabo em 1880. A região conhecida no período colonial como "Griqualândia Ocidental", localizada em uma área montanhosa entre o Cabo e Natal, encontrava-se ocupada por um chefe griqua rival, Adam Kok, e foi rapidamente invadida por colonos brancos. Os fazendeiros xhosa e thembu, que habitavam a região das fronteiras orientais do Cabo, defenderam seus territórios nas chamadas "guerras das fronteiras", que perduraram até 1877-1878, quando o último território independente, a

Gcalekalândia, foi formalmente anexado como área britânica (VIDROVITCH, 2009). Tratava-se, portanto, de um cenário de profundas alterações político-sociais, marcado por embates, negociações e resistências nativas.

Esse contexto conectava-se com a trajetória e com a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard. Enviado para a Colônia de Natal em 1875, aos 19 anos, para assumir um cargo não comissionado na administração local, o jovem posteriormente passou a integrar a equipe de Theophilus Shepstone, oficial responsável pela anexação do Transvaal. Em seus escritos autobiográficos, Haggard vangloriava-se de seu engajamento direto com a ação político-militar, interpretando-a como um movimento necessário para a proteção de bôeres e nativos. Ressentido e amargurado com a devolução do território aos bôeres após a guerra de 1880-1881, Haggard retornou à Inglaterra onde, casado com uma herdeira, passou a atuar no campo da jurisprudência, função que logo deixaria de lado para seguir a carreira literária. Com a publicação do aventuresco *King Solomon's Mines*, Haggard tornou-se um nome familiar no campo literário. Após candidatar-se, sem êxito, ao Parlamento Britânico pelo Partido Conservador, em 1895, o letrado envolveu-se em campanhas sociais e nos debates pela reforma na agricultura, os quais coexistiam com sua profícua e incessante produção literária, que totaliza cerca de 40 romances e contos.

À exceção de algumas novelas domésticas e sentimentais, Haggard popularizou-se enquanto um autor do gênero aventuresco. Essas produções literárias associavam-se ao recrudescimento das práticas políticas coloniais entre as décadas de 1870 e 1880 e desencadearam uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro (VENAYRE, 2001). Desempenhavam um papel nada desprezível na formação de gostos estéticos e sensibilidades políticas de seu público leitor, na medida em que, por meio de suas tramas e personagens, cingiam razões e sentimentos associados às práticas políticas coloniais e, ao mobilizar preceitos raciais ou racistas na construção de seus personagens, sobretudo de nativos africanos, formulavam alteridades convenientes que visavam legitimar a conquista imperialista de novos territórios.

Afinal, a "[…] literatura exerceu um papel significativo no desenvolvimento do imaginário imperial – imagens e mitos sobre o império que atuavam em conjunção com 'fatos' advindos das colônias – que eram

necessárias para garantir o apoio do público para o projeto econômico" (KREBS, 1999, p. 8, tradução nossa). Os romances de aventura atuavam no processo de engajamento político e envolvimento sentimental de seus leitores com as sendas do colonialismo na África do Sul a partir da década de 1870, momento em que diversos grupos sociais rejeitavam as fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica. Assim, movidos pela "expansão por amor à expansão", tais indivíduos construíram em torno de si autorrepresentações de desbravadores e aventureiros, conquistadores em outras terras – até mesmo como uma forma de compensação emocional para suas próprias limitações sociais, políticas e econômicas.

Por isso, esses romances atuavam na formação daquilo que Laura Chrisman designou de "inconsciente imperial" (CHRISMAN, 1990, tradução nossa), um conjunto de práticas e discursos de representação e autorrepresentação no embate colonial dotado de suas próprias contradições, paradoxos e ambiguidades. Ademais, contribuíam para que as insidiosas sendas do colonialismo se fizessem sentir, mesmo quando não fossem perceptíveis, afinal, a "[…] influência do Império [Britânico] sobre a metrópole era indubitavelmente assimétrica. Por vezes, quando estava simplesmente lá, não era objeto de uma crítica popular e consciente […], embora o cotidiano das pessoas fosse permeado pela presença colonial" (HALL; ROSE, 2007, p. 8, tradução nossa). Como resultado, as ficções aventurescas articulavam investimentos afetivos às questões coloniais, especialmente nas últimas décadas do século XIX, momento de acirramento das tensões internacionais, de formação de movimentos nacionalistas nas colônias e de ansiedades geradas pelas transformações sociais e pelos discursos degeneracionistas nas metrópoles.

Os romances de aventura contribuíam para a formação das visões de mundo de muitos dos seus leitores e eram construídos a partir de circunstâncias concretas vivenciadas pelos seus romancistas. Faziam parte, portanto, dos contextos de experiência e de visão política dos sujeitos históricos, considerando-os como "[…] lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; […] e onde eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo" (DUTRA, 2002, p. 18). E, por seu aspecto ficcional, conjugavam dimensões de afetividade e de sensibilidade, investimentos no campo simbólico e na memória

coletiva, afinal, "[…] o ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade" (BERNSTEIN, 1998, p. 157). Assim, compreende-se que as figurações literárias se colocam no centro das problemáticas em torno da consolidação, da interiorização e da difusão de vivências do político, conjugando fenômenos individuais e coletivos, sentimentos e sensibilidades, por meio das paixões políticas e dos engajamentos afetivos.

Os romances de aventura, comumente ambientados nos territórios coloniais, contribuíam para a produção de estereótipos raciais, repetidos e reiterados em imagens e textos que elaboravam formas de classificação e hierarquização das diferentes "raças" (BHABHA, 2013, p. 118-119). Como afirmou Stuart Hall (2016, p. 191), o estereótipo racial "[…] reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença", apropriando-se de determinadas características e reduzindo-as, por meio de simplificações ou exageros. Esses estereótipos relacionavam as populações africanas à ideia de povos "primitivos" ou "selvagens" em contraposição aos europeus, idealizados como símbolos de civilização e de progresso. Adicionalmente, o continente africano era descrito e representado como repleto de oportunidades econômicas para a exploração de terras e recursos naturais, recorrendo-se, com certa frequência, ao "mito das terras vazias" (expressão de Anne McClintock): a ideia de que os territórios coloniais estariam fundamentalmente vazios de gente, aguardando a chegada do colonizador europeu.

Diante desses pressupostos, este livro discute a trajetória e a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard para compreender sua relação com os discursos coloniais e racistas do final do século XIX. Em um vaivém entre vida e escrita, o ângulo de problematização do *corpus* documental compreende que subjacentes ao crivo imposto pela visão de Haggard encontravam-se as marcas dos encontros interétnicos nos territórios sul-africanos e que, sob sua constante apologia e engajamento fervoroso com o colonialismo, escapavam dissonâncias que remetem às formas táticas de resistência à conquista colonial, em especial por parte das comunidades negras. Afinal, os romances aventurescos, gestados a partir da experiência colonial de Haggard, apresentam evidências do modo como os territórios sul-africanos tornam-se o teatro para a exibição de suas ansiedades políticas, de seu engajamento com

o colonialismo, bem como das variadas formas de resistência a esses processos macropolíticos.

A dimensão política apresenta-se como uma das chaves de leitura para a compreensão da relação entre Literatura e colonialismo, a partir daquilo que Christophe Prochasson definiu como "[…] a parte emocional que governa a atividade social, […] o papel dos sentimentos e dos afetos na vida política" (PROCHASSON, 2005, p. 306). Essa perspectiva, tributária às contribuições da nova história política, deslindou no estudo dos "[…] mecanismos simbólicos que impulsionam a vida política […], os motores emocionais destas práticas, e mesmo os fenômenos de apropriação ou de recepção de que são objeto" (PROCHASSON, 2005, p. 306-309). Afinal, os romances produzidos em interação com a expansão ultramarina na África do Sul, por tocarem nos sentimentos ao abordarem os amores e ódios, os medos e as esperanças de personagens comuns, visavam engajar seus leitores e leitoras com as inflexões do colonialismo britânico, traduzindo a conquista de outros territórios em uma linguagem intimista, carregada de sensibilidade. Tais produções textuais atuavam, em muitos aspectos, no âmago das autorrepresentações políticas, pois partiam das experiências autobiográficas e fomentavam fulcros de identificação coletiva, os quais "têm efeitos nos comportamentos políticos" e fomentam "sensibilidades particulares" (ANSART, 2019, p. 17).

O escopo dessa investigação histórica, que recai sobre as construções culturais promovidas pelos sujeitos históricos em foco, suas visões e percepções de mundo traduzidas em sensibilidades e imaginários, assenta-se sobre um *corpus* documental constituído por fontes pertencentes ao campo da cultura escrita e literária. Os quatro romances supramencionados constituem o objetivo de análise deste livro, particularmente no que se refere ao estudo crítico de episódios históricos apropriados ou ressignificados pelo letrado para compor uma versão do passado sul-africano interligada aos projetos coloniais em voga no contexto histórico.

Trata-se dos seguintes textos: publicado em 1887, *Jess* aborda o triângulo amoroso formado pelo britânico John Neil e as irmãs Jessica (Jess) e Elizabeth (Bessie) Croft, duas jovens de origem inglesa que vivem em uma fazenda no Transvaal com seu tio, Silas Croft. O romance ambienta-se durante a Primeira Guerra Sul-Africana, a qual serve como

plano de fundo para as ações e sentimentos de seus personagens. Nesse romance, Haggard escoa muitos dos seus ressentimentos com relação à devolução do Transvaal e certo senso de humilhação política e mágoa pessoal pulula naquelas páginas. O vilão da trama, Frank Muller, metaforizava o que Haggard considerava como o extremismo político dos bôeres e apresentava-se como uma ameaça simultaneamente política e sexual, ao perseguir, enlouquecido, os amores de Bessie.

O interesse de Haggard pelas formas de organização social e política dos zulus ficou demarcado em *Nada the Lily*, romance histórico publicado em 1892 e ambientado na Zululândia durante a chefatura de Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), reconhecido na época por introduzir inovações militares, a exemplo do uso da *assegai* (azagaia), um tipo de lança curta e delgada, e da presença de regimentos *amabutho*, grupos de guerreiros organizados em faixas etárias, que teriam resultado na consolidação política e na expansão do Reino Zulu. Além de narrar a ascensão política de Shaka, Haggard também relata o conto do bravo guerreiro Umslopogaas, filho ilegítimo do *inkosi* (rei, chefe) zulu, e seu amor pela jovem Nada, a mais bela entre as mulheres zulus.

Em *Nada the Lily*, Haggard descreve as disputas e as conspirações entre chefes zulus, o assassinato de Shaka e a chefatura de Dingane ka-Senzangakhona (1795-1840), considerado pelo letrado como um *inkosi* politicamente ineficaz e entregue aos excessos sexuais cuja paixão desenfreada por Nada levaria ao conflito com Umslopogaas e à sua destruição. Contraposto ao contexto pós-Guerra Anglo-Zulu (1879), à derrota e à desintegração do Reino Zulu e das suas instituições político-militares diante do avanço do colonialismo britânico na região, *Nada the Lily* reescreve o passado pela via da ficção, tentando buscar quadros explicativos para a experiência da derrota zulu.

Swallow, a Tale of the Great Trek, publicado em 1899, é protagonizado por três personagens: o bravo órfão Ralph Kenzie, sua noiva e irmã adotiva, Suzanne Botmar, e a sacerdotisa africana Sihamba Ngenyanga. A trama é ambientada na década de 1830, período do Great Trek, migração dos bôeres que deixaram a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente para as regiões próximas do Rio Vaal e de Porto Natal, e do *mfecane*, neologismo cunhado pela historiografia

no século XX e comumente traduzido como "esmagamento",[1] utilizado para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX.

Em tons aventurescos, *Swallow* narrava a solidariedade entre Suzanne e Sihamba, perseguidas pelo vilanesco Piet van Vooren, e a busca incessante de Ralph para reencontrar sua noiva. Redigido e publicado em um período marcado por tensões crescentes entre britânicos e bôeres ao sul da África, o romance apresentava uma visão muito mais empática desse último elemento, imaginando a formação étnica da África do Sul a partir da união de elementos brancos e do sacrifício da protagonista negra. Ao lado da bondade feminina, vista nesse romance como uma virtude colonialista, Haggard imaginava um herói viril que apresentava uma característica de difícil acesso nos discursos masculinos: o sofrimento amoroso e a separação dos amantes.

A juventude e o ingresso na vida adulta de seu personagem mais famoso, o caçador Allan Quatermain, são narrados no romance *Marie*, publicado em 1912. A narrativa literária descreve o relacionamento do jovem Quatermain com sua primeira esposa, a bôer huguenote Marie Marais, e o destino trágico que aguardava sua família após migrar durante o Great Trek. Ademais, o literato trata longamente da questão zulu nessa obra, apresentando seu *inkosi*, Dingane, como um tirano despótico e responsável pelo extermínio étnico nas regiões em torno da Zululândia. *Marie* evidencia os modos pelos quais Haggard, em sua escrita literária, se apropria dos paradigmas zulucêntricos da *mfecane* desenvolvidos pela historiografia anglo-africana ao final do século XIX e que culpabilizavam os zulus pelo esvaziamento étnico nos territórios posteriormente ocupados por britânicos e bôeres.

Do entrecruzamento entre fontes e problemas deriva a percepção de que os textos literários constituem entrelaces com o mundo social, para inscrever, em seu âmago narrativo, indícios fragmentários das razões e dos sentimentos partilhados por romancistas e muitos dos seus contemporâneos. De um ponto de vista histórico, a literatura encontra-se

1 O neologismo *mfecane* foi introduzido pelo historiador Eric Walker em 1928. A respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks*: the transformation of Southern Africa (1815-1854). Londres: Longman, 2001; GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. *The Historian*, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988; COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolompo, *Journal of African History*, v. 29, p. 487-519, 1988.

permeada por formas de traduções sensíveis das vivências de seus produtores e contemporâneos e torna-se um guia insuperável para a problematização da experiência humana no tempo, por localizar-se na intersecção entre o terreno individual e seus contextos de referências culturais. Afinal, a ficção não se aparta dos movimentos da sociedade e estabelece conexões com as trajetórias de seus produtores e leitores em boa parte da literatura produzida no século XIX, preocupada com os dramas individuais e suas dimensões sociais e culturais. Elaborações ficcionais, nas quais predominavam certa perspectiva autobiográfica, cuja maleabilidade permitiu acolher múltiplas vozes e valores morais e expressar certa visão de mundo que os romancistas da época visavam traduzir (VASCONCELOS, 2007, p. 23).

O estudo em questão visa compreender a força do colonialismo a partir da produção ensaística e ficcional de H. Rider Haggard, com ênfase ao lugar das sensibilidades e da imaginação literária na legitimação pública das práticas políticas coloniais. Afinal, essas produções aventurescas encontravam-se amparadas em preceitos raciais e racistas, "paradigmas de desigualdade e de exclusão […], uma das formas mais insidiosas de discriminação" (BREPOHL, 2013, p. 13). Romances que, ao conjugar os sentimentos e as emoções de seus leitores, tornavam o colonialismo algo como que familiar ou mesmo naturalizado, embasado nas premissas de que era o destino do homem britânico ou europeu conquistar outros territórios e civilizar ou subjugar as "raças inferiores".

Sabe-se que essas ideias contribuíram para legitimar vastas ações repressivas e violentas no contexto colonial, genocídios étnicos e experiências de segregacionismo, em especial na África do Sul, que viveu boa parte do século XX em um regime de *apartheid*. As políticas coloniais na África ao longo do século XIX e no início do século XX legaram, aos territórios almejados, cicatrizes históricas, exploração e violência colonial. Somado à desarticulação de formas complexas de organização sociocultural e política africana, bem como ao extermínio étnico, o colonialismo promoveu a estigmatização dos africanos enquanto selvagens ou primitivos (ANTONACCI, 2014, p. 238), além de recusar "[…] considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuam, através dos séculos, por vias que lhes são próprias" (M'BOW, 2010, p. 21). A efetivação de um Estado segregacionista por intermédio da política do *apartheid*, institucionalizada pelo governo sul-africano na segunda metade do século

XX, estruturou-se a partir de um modelo racial em voga no período precedente e legitimou inúmeras formas de violência a grupos étnicos e sociais (VIDROVITCH, 2004, p. 766).

A violência colonial e a legislação segregacionista acarretaram a violação de direitos humanos, os extermínios e epistemicídios, a repressão contra movimentos de resistência, a suspensão de liberdades públicas e as perseguições arbitrárias. Devido a essas complexidades, a produção acadêmica não pode negligenciar as imagens e textos que informam os processos de implantação dos sistemas coloniais na África oitocentista para exercer o imprescindível desafio de desnaturalização e problematização dos usos de discursos biologizantes (como o racismo) traduzidos para outros campos discursivos, a exemplo do literário, para estabelecer distinções claras entre experiências democráticas e práticas autoritárias, violências institucionalizadas e segregacionismos. Por isso, este livro visa inserir-se em um esforço, inspirado nos estudos em História da África, para atentar-se às discussões sobre questões étnico-raciais e territoriais no momento imediatamente anterior à institucionalização das políticas segregacionistas, sobretudo entre as décadas de 1870-1910 (LEGASSIK, 1995, p. 43-59).

CAPÍTULO 1

O contexto sul-africano: colonialismo, historiografia e literatura em fins do século XIX

